

# Os jornais, os empresários e a crítica à escola pública

Luis Violante \*

**Ver o mundo tal como os jornais o mostram é cada vez mais um acto de abnegação. Os jornais parecem mais solícitos a marcar nas agendas a propaganda de interesses financeiros que começam a reunir-se para aproveitar mais um *nicho de mercado* – a escola. A agenda jornalística não é favorável ao esclarecimento de acontecimentos, pelo contrário, é propensa à determinação ideológica do poder económico.**

Ler jornais é menos uma tentativa de compreender a realidade que um exercício crítico dos modos como aqueles a constróem. De facto, ver o mundo tal como os jornais no-lo mostram é cada vez mais um acto de fé e de abnegação frente a poderes não totalmente visíveis, mas que determinam fortemente as decisões no quotidiano, nomeadamente as que dizem respeito ao futuro da escola. O que equivale a dizer que têm uma importância central nas vidas dos que a habitam, sobretudo os jovens. E ao invés de contribuir para uma leitura panorâmica dos problemas que acompanham a educação – o que permitiria aos leitores da imprensa escrita entender de que matéria é feito o sonho que têm para os seus filhos -, alguns jornais parecem mais solícitos a marcar nas agendas a propaganda de interesses financeiros que começam a reunir-se para aproveitar mais um *nicho de mercado* – a escola.

Na edição de 25 de Setembro o jornal “Público” dava conta da opinião de gestores que pretendiam “uma escola mais articulada com o mundo” – como dizia o título da peça - e que lamentavam a “ausência de projectos educativos” da escola portuguesa. Esta notícia estava inserida abaixo da peça que relatava o protesto contra a propina máxima dos alunos da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. No tratamento de ambas havia uma diferença sintomática: para sintetizar as ideias dos gestores o diário destacou uma jornalista, enquanto que para cobrir o protesto recorreu a uma notícia de agência. Para os que julgam que a comunicação social privilegia o imprevisto, resulta incompreensível o facto de um jornal que nasceu vocacionado para um registo interpretativo da realidade – o que o levou a ser uma referência nos media portugueses – tenha optado pelo Portugal sentado e diferido, limitando-se a acompanhar à distância os protestos da população que sempre demonstrou à-vontade para colocar-se em bicos de pés.

O que o jornal optou por ignorar foi a energia que a contestação estudantil contém em potência, nomeadamente se a medida governamental que originou o protesto for entendida pelos jovens que frequentam o ensino secundário e pelos seus pais como a diminuição de oportunidades a que todos têm legítimo direito. Porém, optando por um registo jornalístico de

bancada, apressou-se a fazer uma espécie de peça-resenha de “entrevistas individuais ‘aprofundadas’” a empresários realizadas por associações representativas de gestores e empresários e de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo. No sumário feito pela jornalista assume relevo a apologia da escola privada, cujas fundações assentam num *managerialism* que noutros sítios fracassou[1] mas que alguns negociantes pretendem importar para “ajustar a escola e a sociedade”, que é como quem diz “preparar os alunos, que vão ser os futuros trabalhadores” para uma economia da vertigem e da incerteza. É então este o projecto que os empresários têm para a escola: uma antecâmara do trabalho, que forme os jovens “para a iniciativa e a extroversão”, características que podem muito bem ser decalcadas de tão modelares gestores que, “no seu tempo” foram educados numa “convergência de “objectivos” entre a escola e a família.

Manuel López sustenta que a realidade pode ser inventada através de notícias correctas e verídicas, e que os meios de comunicação criam a imagem da sociedade que interessa ao poder, num processo que tem o filtro definitivo na agenda temática[2]. O comentário à preferência editorial aqui formulada baseia-se na percepção de que a agenda jornalística não é favorável ao esclarecimento de acontecimentos circunstanciais que ilustram problemas de fundo, mas que, pelo contrário, é propensa à sobredeterminação pelas ideologias que os detentores do poder económico pretendem disseminar. Os jornais transformam-se, assim, na face visível de um “capitalismo informacional” que têm o poder de reformular “as relações de classe a partir dos detentores do saber e da informação (...)”[3]. Ou seja, o poder social é cada vez mais o resultado da detenção do saber e da manipulação da informação. E este poder opera nas páginas de jornais que acreditávamos implicados “num papel de ligação e de mediação crítica na formação da opinião pública e na orquestração dessa opinião com as acções e perspectivas dos poderosos”[4].

Efectivamente, o discurso sobre as vantagens do privado é veiculado insistentemente – de tal modo que passará a ser uma verdade quando a população que pode pagar a educação dos seus filhos intuir no ensino privado um sinal de distinção. Aspiração de resultados duvidosos, contudo, sobretudo porque a escola já não é, como no tempo de tão nostálgicos gestores, uma garantia de ascensão social. E muito menos de acesso ao emprego, tendo em conta que as mutações permanentes no carácter das profissões inviabilizam um projecto fundado no domínio das tarefas, mas que, pelo contrário, apelam ao poder de adaptação que decorre mais da capacidade e propensão à aprendizagem permanente. Daí que o discurso em redor da escola serve mais como constatação do apetite para um negócio em que os jovens são encarados como um *produto no mercado de futuros* – usando metaforicamente alguma da violência mercantil com que os empresários aprisionam os alunos e a educação escolar, sobremaneira explícita no modo como equiparam a função do professor a “quadro da instituição escola”, reduzindo assim a actividade docente à gestão de uma fase preparatória para o trabalho em

que as dimensões relacionais se desvanecem para dar lugar ao “poder de influência” que advém do “prestígio” adquirido e avalizado sabe-se lá por que requintes contabilísticos.

Na primeira linha do ataque à escola pública está o poder económico, que utiliza os jornais para alcançar uma opinião pública junto da qual a imprensa ainda têm alguma credibilidade. De modo genérico as pessoas acreditam que a verdade está nos jornais, e afirmam que os *media* espelham a sociedade, assumindo a objectividade jornalística como um selo de garantia. No entanto, como diz Rodeia numa palavra, os jornais e a sociedade “co-produzem-se!”.<sup>[5]</sup> É um facto que os acontecimentos sociais determinam *grosso modo* a agenda noticiosa, mas os jornais também têm o poder de construir a realidade, tanto pelo que relatam como pelo excluem do noticiário. De tal modo que o que não aparece nos jornais parece não existir. E olhando para alguns jornais parece que a investigação educacional não existe. Existem empresários que falam sobre projectos para a educação mas não surgem comentários de investigadores para ajudar a perceber os fenómenos de modo global; os jornais dão a palavra a especialistas no comentário e não a comentários especializados gerados nas ciências da educação, contribuindo assim para um conhecimento de senso comum sobre os problemas educativos e para a elaboração de significados apreendidos pela sociedade<sup>[6]</sup> baseados numa semântica derivada da linguagem gestonária. Dão espaço ao discurso dos adultos mas não abrem as suas páginas ao discurso directo de jovens e alunos, ao fim e ao cabo o alvo de todas as polémicas educativas levantadas nos media.

Aos responsáveis editoriais parece escapar que “relatar eventos implica compreendê-los e interpretá-los. Além de observadores e narradores, os jornais desempenham igualmente os papéis de seleccionadores, intérpretes e, por vezes, «criadores» de acontecimentos. Na acepção plena da palavra, são «actores políticos»(...)”.<sup>[7]</sup> Contudo, ser actor político passa muitas vezes pelo exercício de poder e não pela intervenção cívica, no sentido da contribuição para algo comum. E é esse papel redutor que alguns jornais assumem, determinado pelo espaço gráfico, pelas *deadlines* ou pela relevância institucional dos actores que ocupam o noticiário. Não contribuem para escolhas dependentes do esclarecimento que surge apenas “da equivalência em termos de atenção entre líderes, especialistas e restantes membros da população”<sup>[8]</sup>, mas subordinam o trabalho às “actividades das instituições legitimadas”, contribuindo para que as notícias interfiram nas significações sociais “definindo e redefinindo, constituindo e reconstituindo modos de fazer as coisas(...)”.<sup>[9]</sup>

Numa sociedade em que a informação submerge o conhecimento, e em que os *media* poderiam assegurar a emancipação dos indivíduos no que toca inteligibilidade dos problemas educativos, prevalece justamente o oposto. Becker sustenta que os *media* reproduzem “a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade”, em consequência do recurso à opinião dos poderosos que supostamente tem “acesso a informação mais precisa ou

especializada em assuntos particulares do que a maioria da população".<sup>[10]</sup> Neste cenário é evidente o poder discriminatório que as prioridades editoriais denunciam, nomeadamente quando a discussão educativa é centrada em medidas de gestão propaladas pelos agentes económicos e não nos problemas educativos resultantes de modelos sociais depauperados pela insistência na primazia do económico sobre as relações humanas.

Por isso, ler jornais sem ter presente o modo da sua produção equivale a correr o risco de tomar como factos inquestionáveis as referências que os próprios jornais produzem, e que ameaçam tornar-se os fundamentos da construção social de uma realidade não totalmente visível. De modo sucinto, convém perceber que "as notícias não são inocentes".<sup>[11]</sup>

\* Bolseiro de Investigação Científica da ADEF – Associação de Desenvolvimento e Formação no Projecto Jovales – Jovens, Alunos e Ensino Secundário em Portugal.

<sup>[1]</sup>Apple, Michael W. e Beane, James A. (2000) "Lições da prática". In Michael W. Apple e James A. Beane (orgs.) *Escolas Democráticas*. Porto: Porto Editora.

<sup>[2]</sup>López, Manuel (1995) *Como se fabrican las noticias – fuentes selección y planificación*. Barcelona: Ediciones Paidós.

<sup>[3]</sup>Matos, Manuel "O que é a sociedade de informação", *Educação, Sociedade & Culturas*, n.º 18, Porto, 7-23

<sup>[4]</sup>Stuart Hall et alli, (1993) "A produção social das notícias: o *mugging* nos media". In Nelson Traquina (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Vega.

<sup>[5]</sup>Rodeia, Carmo (2001) "Comunicação que mata a informação". In *Teses, Documentos, Conclusões do 3.º Congresso dos Jornalistas Portugueses*. Lisboa: Comissão Executiva do 3.º Congresso dos Jornalistas Portugueses.

<sup>[6]</sup>Berger, Peter L. e Luckmann, Thomas (1997) *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes.

<sup>[7]</sup>Mesquita, Mário (1997) *O Jornalismo em Análise. A Coluna do Provedor dos Leitores*. Coimbra: Minerva.

<sup>[8]</sup>Lasswell, Harold D. (2002) "A estrutura e a função da comunicação na sociedade" In João Pissarra Esteves (org.) *Comunicação e Sociedade*. Lisboa: Livros Horizonte.

<sup>[9]</sup>Tuchman, Gaye (2002) "As notícias como uma realidade construída", in João Pissarra Esteves (org.) *Comunicação e Sociedade*, Lisboa: Livros Horizonte.

<sup>[10]</sup>Citado em Stuart Hall et alli, "A produção social das notícias: o *mugging* nos media". In Nelson Traquina (Org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Vega.

<sup>[11]</sup>Pereira, Rui Neto (2001) "A responsabilidade social dos jornalistas. Are so happy?" In *Teses, Documentos, Conclusões do 3.º Congresso dos Jornalistas Portugueses*. Lisboa: Comissão Executiva do 3.º Congresso dos Jornalistas Portugueses.